

# TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Versão 1.0

Brasília, 26 de janeiro de 2023.

## 1. Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço **VEJAE** encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço **VEJAE** encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

## 2. Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis ao serviço **VEJAE** e concorda em ficar vinculado a eles.

## 3. Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

**Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

**Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

**Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

**Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

**Encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

**Agentes de tratamento:** o controlador e o operador.

**Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

**Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

**Autoridade Nacional de Proteção de Dados:** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

**Agente público:** Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

**Agentes de Estado:** inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

**Internet:** o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

**Sítios e aplicativos:** sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.

**Terceiro:** Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

**Usuários(as)** (ou "Usuário(a)", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço **VEJAE**.

## 4. Descrição do serviço

O VEJAE é um serviço de consulta da situação do auxílio emergencial destinado aos trabalhadores (as) informais, Microempreendedores (as) individuais (MEI), autônomos (as) e desempregados (as) que atendiam aos critérios da Lei nº 13.982/20, da Medida Provisória 1.000/20 e da Medida Provisória 1.039/21, para o enfrentamento da crise social causada pela pandemia do Coronavírus – Covid 19. A consulta poderá resultar na situação REGULAR, COM INCONSISTÊNCIA ou EM PROCESSAMENTO. Se a situação for COM INCONSISTÊNCIA o beneficiário deverá regularizar a sua situação, ressarcindo ao erário os valores recebidos indevidamente ou apresentar a defesa se as informações apresentadas estiverem inconsistentes.

## 5. Agentes de tratamento

**A quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado no serviço VEJAE?**

A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Para o serviço **VEJAE**, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do(a) Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

As operações de tratamento de dados pessoais são realizadas no âmbito do Controlador.

**Controlador:** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.  
Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A".  
E-mail: [ata.gab@cidadania.gov.br](mailto:ata.gab@cidadania.gov.br).

**Operador:** Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único  
Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A".  
E-mail: [sagi.@cidadania.gov.br](mailto:sagi.@cidadania.gov.br).

**Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados?**

A Lei Geral de Proteção de Dados define como encarregado, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VIII – pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Foi indicado o Ouvidor-Geral do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para desempenhar o papel de Encarregado do órgão e atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Operadores, os(as) titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O Encarregado pode ser contatado pelo e-mail [protecao.dedados@cidadania.gov.br](mailto:protecao.dedados@cidadania.gov.br).

Endereço do Encarregado: Esplanada dos Ministérios - Bloco "A" 2º andar.

## 6. Arcabouço legal

Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde

pública de importância internacional decorrente do corona vírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020 - Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus (**covid-19**) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021 - Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**).

Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 - Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências.

Decreto nº 10.990, de 9 de março de 2022 - Regulamenta o procedimento de ressarcimento à União de recursos dos benefícios do auxílio emergencial, de que tratam os art. 28 e art. 29 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, nas hipóteses de constatação de irregularidade ou erro material em sua concessão, manutenção ou revisão

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública

## 7. Quais são os direitos do usuário do serviço?

O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- **Direito de confirmação e acesso** (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de cessar os seus dados pessoais.

- **Direito de retificação** (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV)**: é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º)**: é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V)**: é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD)**: o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

## 8. Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço **VEJAE**.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que

sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro;

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (*vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit*, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

## 9. Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

## 10. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção.

O **SITE** se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## **11. Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?**

*-Número de inscrição no CPF*

*-Nome completo*

*-Endereço de e-mail*

*-Número de telefone*

*-Registro de acesso*

*-Data de Nascimento*

*-Data de término de Vínculo empregatício*

*-Data de início da titularidade do benefício previdenciário*

*-Período de residência no exterior*

*-Data de regularização do CPF na Receita Federal*

*-Órgão, Estado ou Município de vínculo com o Serviço Público*

## **12. Como os dados são coletados?**

Os dados pessoais são coletados mediante preenchimento de formulário eletrônico da defesa apresentada, no VEJAE, ou, quando o usuário se cadastra dentro da plataforma de login único do governo federal (gov.br);

Os dados são armazenados nos servidores de banco de dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome ou dentro da infraestrutura da plataforma do gov.br - essas informações são utilizadas quando o usuário tenta acessar a plataforma, realizando login.

Os dados pessoais armazenados são utilizados para conferência da consistência da base de dados do Governo Federal

Os dados poderão ser eliminados após a conferência das informações e a prescrição do ressarcimento, nesse caso, os dados serão eliminados automaticamente.

## **13. Para que fim utilizamos seus dados?**

Conforme hipótese do inciso III, do art. 7º da Lei nº 13.709, de 2018, o tratamento e uso compartilhado de dados, pela administração pública, poder ser realizado quando necessários à execução de políticas públicas, previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres

Os dados pessoais são coletados para dar ao beneficiário o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório e para a identificação do usuário durante o processo de login.

## **14. Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?**

- Número de inscrição no CPF: ARMAZENAMENTO, UTILIZAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO
- Nome completo: UTILIZAÇÃO
- Endereço de e-mail: UTILIZAÇÃO
- Número de telefone: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Registro de acesso: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Data de Nascimento: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Data de término de Vínculo empregatício: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Data de início da titularidade do benefício previdenciário: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Período de residência no exterior: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Data de regularização do CPF na Receita Federal: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Órgão, Estado ou Município de vínculo com o Serviço Público: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO
- Informações de pagamento: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO

## 15. Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

*Sim, os dados pessoais do usuário serão compartilhados com terceiros para o cumprimento de competências legais em atendimento ao artigo 28 e 29 da Lei 14.284/21 e do artigo 7º do Decreto nº 10.990/22.*

## 16. Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome se compromete a cumprir todas as legislações ligadas ao uso correto dos dados pessoais do(a) cidadão(ã) de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos(as) titulares dos dados.

O órgão também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou sob sua guarda, bem como implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

O Ministério poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso isso ocorra, os(as) titulares dos dados serão notificados(as), salvo quando o processo estiver em segredo de justiça. Conservaremos seus dados pessoais pelo período de 5 (cinco) anos, tempo necessário para a(s) finalidade(s) de processamento para a(s) qual(is) foram coletados e para os ciclos de auditoria realizados pelo próprio Ministério e por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Esse período de armazenamento poderá ser revisado em alinhamento a qualquer nova disposição legal sobre prazo de retenção.

## 17. O serviço VEJAE utiliza cookies?

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome utiliza dados de cookies para fornecimento do serviço.

*Desde que autorizado pelo usuário, ao efetuar o login, cookies podem ser utilizados. Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.*

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles.

## **18. O serviço VEJAE utiliza cookies de terceiros?**

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome utiliza cookies de terceiros para fornecimento do serviço **VEJAE**.

*Podemos utilizar os cookies dos seguintes serviços:*

*-- Acesso Gov; e*

*- PagTeseuro.*

*Utilizamos estes cookies para guardar informações da sessão do usuário e para controle de estatísticas de acesso.*

## **19. Este Termo de Uso ou a Política de Privacidade podem ser alterados?**

A presente versão deste Termo de Uso e Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **26/01/2023**.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, o site das presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço **VEJAE**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação das já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

## **20. Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?**

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida na Justiça Federal, seção judiciária do domicílio do usuário.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com base no art. 18, parágrafo único, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).